

04.março.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO (por videoconferência)

Entidade: **Confederação Nacional das Associações de Pais - CONFAP**
Dra. Helena Pedroso (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Recebido por: **Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar:** Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Agostinho Santa (PS) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Indisciplina em meio escolar

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a participação da Dra. Helena Pedroso na audição (por videoconferência), a quem explicitou o enquadramento em que a mesma foi agendada.

A Dra. Helena Pedroso começou por justificar a ausência do Presidente da CONFAP, que por razões profissionais não pode participar na audição e, referindo-se ao tema da indisciplina em meio escolar, mencionou, em síntese, o seguinte

- Há necessidade de distinguir situações de indisciplina de situação de maior irrequietude ou cansaço dos alunos. A este propósito, importa fazer referência às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), que retiraram tempo às atividades lúdicas dos alunos do 1.º ciclo, e ainda a excessiva carga horária dos alunos do 2.º ciclo, sendo as matérias, em muitos casos, pouco interessantes;
- Verifica-se um comportamento diferenciado consoante o professor;
- É fundamental atribuir maior expressão aos conselhos de turma;
- O recurso à coadjuvação/assessoria revelou bons resultados e deveria ser retomado;
- Falta formação aos professores na área da indisciplina e da gestão de conflitos;
- As crianças e os jovens devem ser considerados numa perspetiva global e completa e o recurso à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) deve ser considerado uma mais valia e não um último recurso;
- As retenções tendem a tornar os alunos desinteressados e criam mais desordem nas salas de aula.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) cumprimentou a representante da CONFAP e manifestou surpresa pelo facto de não ter sido efetuada referência ao papel dos encarregados de educação na resolução desta problemática, tendo colocado, de seguida, algumas questões, nomeadamente, sobre as iniciativas levadas a cabo pela CONFAP para ajudar a combater este problema, sobre a importância de se reintroduzir uma disciplina de educação para a cidadania, sobre a formação do pessoal não docente e sobre o Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, em particular no que se refere ao funcionamento das equipas multidisciplinares. Terminou, considerando fundamental uma reflexão sobre as AEC e sobre uma eventual revisão dos horários, de forma a aliviar a carga horária dos alunos, em especial em alguns níveis de ensino.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) saudou a representante da CONFAP e colocou algumas questões, designadamente sobre as iniciativas da CONFAP para evitar situações de indisciplina ou de violência, sobre a forma como os pais podem interagir com a escola, sobre as medidas que propõem para ajudar a resolver o problema, sobre a importância que atribuem à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

formação do pessoal docente e não docente, sobre a eficácia das medidas aplicadas atualmente nas escolas e ainda sobre a posição da CONFAP em relação às retenções.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a disponibilidade e considerou que a questão da indisciplina não pode ser dissociada das atuais condições socioeconómicas das famílias, nomeadamente no que se refere aos horários de trabalho, que não permitem aos pais o acompanhamento dos seus educandos. Fez ainda referência à escassez e rotatividade do pessoal não docente e ao elevado número de alunos por turma, entendendo que propiciam o aparecimento deste fenómeno e terminou, solicitando a posição da CONFAP relativamente à pertinência de criação de um gabinete de integração escolar, uma proposta apresentada pelo PCP, e que foi rejeitada.

Respondendo às questões colocadas, a Dra. Helena Pedroso lembrou que nem sempre é possível sensibilizar as famílias para a gravidade do comportamento dos seus educandos, sendo que muitas delas nem sequer vão à escola. Referiu-se à importância da participação dos pais nos conselhos de turma e do envolvimento dos alunos na resolução deste fenómeno, considerando que raramente são ouvidos ou implicados nas soluções.

Reconheceu existir falta de pessoal não docente nas escolas e com pouca formação e, em relação ao Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, considerou que serve apenas para reter alunos e para aplicar medidas sancionatórias, sendo que, em muitos casos, os alunos não conhecem os seus direitos.

Considerou que o parecer do Conselho Nacional de Educação, relativamente ao problema das retenções, constitui um documento muito válido, por apontar caminhos. Defendeu que as escolas devem ter autonomia para decidir o número de alunos por turma, consoante a natureza da sua população, e devem dispor ainda de gabinetes de integração escolar, com equipas multidisciplinares. Terminou, sublinhando a importância de se atuar ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo, considerando fundamental os projetos de cidadania.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 4 de março de 2015

A assessora
Cristina Tavares